



O Escândalo Petrobras e a possibilidade de ações coletivas no Brasil

Desde que a Operação Lava Jato veio à tona em Março de 2014, revelando que a Petrobras estava no centro de um esquema de corrupção, o Brasil se viu envolto num clima de turbulência política. Desde então, mais de 20 pessoas foram presas e o Ministério Público Federal já solicitou autorização ao Supremo Tribunal Federal para abrir inquéritos contra mais de 50 políticos com foro privilegiado. [Leia mais...](#)

Editorial

Evento sobre Grandes Riscos marca a mudança das instalações da JBO

É muito gratificante poder iniciar este editorial noticiando mais um evento da JBO Advocacia no dia 07/05/15, no L'HOTEL, em São Paulo. A motivação do encontro traz em seu bojo a abertura das portas do escritório, com suas novas instalações, em seu atual endereço na Rua Paes Leme, 524, 13º andar, em Pinheiros.



Joaquim Barbosa de Oliveira

Notícias



O impacto do novo CPC nas ações judiciais de seguro e resseguro



Seminário Regulação de Sinistros em Grandes Riscos organizado pela JBO em parceria com DACBeachcroft

Notas

- ▶ [Alteração nas apólices de seguros de transportes por averbação](#)
- ▶ [Regulamentação da Lei da Empresa Limpa](#)
- ▶ [A regulamentação do seguro viagem na resolução CNSP nº 315/2014](#)
- ▶ [SUSEP emite carta circular com esclarecimentos sobre a contratação do RCTR-C](#)
- ▶ [Claims Handling - A Practical and Effective Response in Latin America](#)

Editorial contact: ibonline@iboadvocacia.com.br phone: 55 11 3291 4800 | fax: 55 11 3291 4801



Artigos desta edição

- [Evento sobre Grandes Riscos marca a mudança das instalações da JBO](#)
- [O Escândalo Petrobras e a possibilidade de ações coletivas no Brasil](#)
- [O impacto do novo CPC nas ações judiciais de seguro e resseguro](#)
- [Regulação de Sinistros em Grandes Riscos será tema de Seminário organizado pela JBO Advocacia em associação com DACBeachcroft](#)
- [Alteração nas apólices de seguros de transportes por averbação](#)
- [Regulamentação da Lei da Empresa Limpa](#)
- [A regulamentação do seguro viagem na resolução CNSP nº 315/2014](#)
- [SUSEP emite carta circular com esclarecimentos sobre a contratação do RCTR-C](#)
- [Claims Handling - A Practical and Effective Response in Latin America](#)

[Evento sobre Grandes Riscos marca a mudança das instalações da JBO](#)

É muito gratificante poder iniciar este editorial noticiando mais um evento da JBO Advocacia no dia 07/05/15, no L'HOTEL, em São Paulo. A motivação do encontro traz em seu bojo a abertura das portas do escritório, com suas novas instalações, em seu atual endereço na Rua Paes Leme, 524, 13º andar, em Pinheiros.

Mas, além dessa inauguração, será um encontro de análises e busca de soluções para questões que estão na ordem do dia do cenário nacional, sob o título: Regulação de Sinistros em Grandes Riscos. Em tempos de sinistros de D&O, Garantia e Engenharia em decorrência da Operação Lava-jato, o incêndio em Santos e suas consequências materiais e ambientais, a crescente responsabilização profissional, o debate sobre Regulação de Sinistros em Grandes Riscos não poderia ser mais

relevante e atual. O evento, voltado para o mercado segurador e ressegurado, contará com palestras de advogados do escritório parceiro DACBeachcroft, vindos de Londres, Madrid, Santiago do Chile, Cidade do México e Bogotá. Todos estão, desde já, convidados para participar.

Em certo sentido, esse evento constituirá uma segunda edição do seminário “Claims Handling in Latin America - A Practical and Effective Response”, realizado recentemente em Miami, no qual a JBO esteve presente, representada por sua sócia, Marcia Cicarelli Barbosa de Oliveira.

Outras questões que estão sendo examinadas nesta edição dizem respeito à promulgação do novo Código de Processo Civil, em 16 de março último, fato importante que visa, entre outros objetivos, dar celeridade aos processos judiciais. Esta edição abordará, ainda, o exame das consequências, na área do seguro e resseguro, dos escândalos provenientes da operação “Lava-Jato”, bem como especificidades nas apólices de seguro de transporte por averbação.

Boa leitura!

Joaquim Barbosa de Oliveira

[O Escândalo Petrobras e a possibilidade de ações coletivas no Brasil](#)

Desde que a Operação Lava Jato veio à tona em Março de 2014, revelando que a Petrobras estava no centro de um esquema de corrupção, o Brasil se viu envolto num clima de turbulência política. Desde então, mais de 20 pessoas foram presas e o Ministério Público Federal já solicitou autorização ao Supremo Tribunal Federal para abrir inquéritos contra mais de 50 políticos com foro privilegiado.

A economia tem sido afetada igualmente. A revelação de que ex-executivos da empresa e políticos recebiam propinas em troca de contratos que totalizam cerca de 20 bilhões de dólares fez o valor de mercado da petroleira cair vertiginosamente no Brasil e nos Estados Unidos. Diante das denúncias, a Petrobras contratou advogados externos para investigar o esquema, bem como suspendeu os pagamentos das empresas envolvidas no caso. Em razão disso, os setores de energia e construção civil têm visto demissões em massa e vendas de ativos, gerando preocupações com a possibilidade de falências no setor.

Na tentativa de evitar calotes e prevenir o agravamento da crise, a presidente Dilma Rousseff vem

se reunindo com bancos privados e públicos desde janeiro. Naturalmente, as seguradoras diretamente envolvidas nestes mercados também estão monitorando de perto o caso, pois uma paralização em grande escala de obras e serviços de infraestrutura implicaria perdas sem precedentes no âmbito dos seguros garantia.

Além do impacto no seguro garantia, as problemas para o mercado de seguros se estendem às companhias que subscrevem produtos de linhas financeiras, tais como aquelas por trás da apólice de D&O de 250 milhões de dólares da Petrobras. Embora a empresa tenha conseguido renovar sua apólice com a Itau/Ace e a BB Mapfre, de acordo com informações no site da Petrobras, a renovação veio com um aumento de 40% de prêmio e condições mais rigorosas, possivelmente excluindo reclamações relacionadas à Operação Lava Jato.

A maior preocupação é com ações no Brasil de investidores afetados com a desvalorização da Petrobras, seguindo o caminho das chamadas class action movidas nos Estados Unidos. Até o momento, pelo menos duas ações deste tipo foram ajuizadas naquele país, reunindo diversos investidores que se dizem afetados pela desvalorização que já ultrapassou a casa do 90 bilhões de dólares.

No Direito brasileiro, não existem ações com as mesmas características da class action americana, porém é possível aos investidores, de forma individual ou mesmo coletiva, buscar judicialmente reparações em face da Petrobras e dos seus diretores. A legislação brasileira também prevê outro tipo de ação coletiva, a ação civil pública, que pode ser especialmente utilizada por Promotores e Procuradores do Estado para obter reparações por perdas sofridas pela própria empresa e pelo erário. A Procuradoria da República no Rio de Janeiro ajuizou uma demanda deste tipo em dezembro do ano passado, questionando contratos celebrados pela Petrobras entre 2005 e 2010, que teriam causado um prejuízo de 32 milhões de reais.

Seja pela via individual ou coletiva, é possível que a incidência de demandas judiciais no Brasil em face da Petrobras aumente à medida que as autoridades brasileiras, especialmente a CVM, comecem a apresentar os resultados das suas investigações. Por esta razão, as medidas de contenção, como as que vêm sendo adotadas pela Petrobras e pelo Governo brasileiro, bem como o monitoramento constante do caso pelas seguradoras envolvidas serão fundamentais para atenuar os efeitos e riscos gerados pela crise político-econômica causada pela Operação Lava Jato.

Camila Affonso Prado
camila@jboadvocacia.com.br

Daniel Flores
daniel@jboadvocacia.com.br

[O impacto do novo CPC nas ações judiciais de seguro e resseguro](#)

O IMPACTO DO NOVO CPC NAS AÇÕES JUDICIAIS DE SEGURO E RESSEGURO

Em 16 de março foi promulgado o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor em 17 de março de 2016, um ano após a publicação de seu texto no Diário Oficial da União.

O novo Código de Processo foi amplamente debatido e traz diversas inovações que impactarão não somente nas ações judiciais propostas a partir de sua vigência, mas também naquelas já em andamento.

Abaixo, algumas das mudanças que impactam diretamente as ações judiciais envolvendo o mercado de seguros:

JULGAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

O novo texto legal traz regras que determinam o julgamento em ordem cronológica dos processos, evitando que as ações mais antigas fiquem sem análise.

MULTAS PARA RECURSOS PROTETATÓRIOS

Fixação de multas de até 20% do valor da causa caso fique comprovado que os recursos apresentados tenham caráter protelatório.

CRIAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS

A fixação dos honorários de sucumbência em favor da parte vencedora passará a ser proporcional e correspondente com as instâncias recursais nas quais os advogados atuem, ou seja, quanto mais instâncias a parte perdedora utilizar, maior será a condenação referente aos honorários de sucumbência.

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)

Outra mudança importante para garantir a celeridade e efetividade do Judiciário é a criação de um instituto para solução de demandas repetitivas, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), onde se estabelece um sistema para que ações judiciais iguais sejam decididas de uma só vez.

ALTERAÇÃO NA CONTAGEM DE PRAZOS PROCESSUAIS

A contagem atualmente é feita em dias corridos, ou seja, feriados e finais de semana não suspendem a contagem do prazo. Com a mudança trazida pelo novo Código, apenas os dias úteis

serão computados.

REGULAÇÃO DO RECESSO FORENSE

O conhecido recesso forense que ocorre entre dezembro e janeiro foi finalmente regulado e, principalmente, padronizado pelo novo Código. Entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro não correrão prazos e não serão realizadas audiências ou julgamentos. Como não havia lei que tratasse sobre o recesso, cada Tribunal Estadual possuía uma regra interna, o que acarretava em confusões com relação à parada e a retomada das atividades em cada Estado.

AUDIÊNCIA OBRIGATÓRIA DE “CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO” ANTES DA APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO PELO RÉU

Atualmente o réu é citado para contestar a ação em 15 dias, contudo, com o novo Código, ajuizada uma ação, o réu será citado, não para contestar, mas sim para comparecer a audiência de conciliação ou mediação.

Essas são apenas algumas das principais mudanças trazidas pelo Novo Código. A JBO criou um Grupo de Estudo permanente sobre o tema e disponibiliza aos seus clientes treinamentos focados nas ações judiciais do mercado de seguros e resseguros.

Valéria Januário dos Santos
valeria@jboadvocacia.com.br

João Escani Dias
joao@jboadvocacia.com.br

[Regulação de Sinistros em Grandes Riscos será tema de Seminário organizado pela JBO Advocacia em associação com DACBeachcroft](#)

Advogados da América Latina e da Europa debaterão os principais desafios em Sinistros complexos de Property, Casualty, Marine, Surety e Financial Lines.

Em razão do sucesso e da importância das edições anteriores realizadas em Miami, especialmente em relação ao viés prático adotado no estudo dos casos, está confirmada a próxima edição do seminário no Brasil.

O evento, que marca as novas instalações do escritório em Pinheiros, será no dia 07 de maio de 2015, no L'Hotel, em São Paulo. Estão convidados a participar seguradoras, resseguradoras, corretores de seguro e resseguro e reguladores de sinistro. As vagas são limitadas.

Em caso de interesse, entre em contato com jbo@jboadvocacia.com.br

[Alteração nas apólices de seguros de transportes por averbação](#)

Susep regula e estabelece os elementos mínimos que devem constar nas apólices de averbação.

Em março de 2015 a Susep, através da [Circular 513](#), estabeleceu os elementos mínimos que devem constar nas apólices de averbação, vinculadas aos seguros de transporte nacional e internacional, de crédito interno e à exportação, e de riscos diversos. Na referida Circular são listados os elementos obrigatórios que devem ser observados pelas seguradoras quando da emissão de apólices de seguro por averbação a fim de garantir o direito à informação dos segurados.

A nova Circular traz as definições dos tipos de apólices, prêmios e do próprio termo averbação, que deverão ser incorporados nas Condições Gerais dos seguros dessa modalidade. A obrigatoriedade de constar na apólice o termo “seguro de averbação” é outro fato importante (art. 3º inciso IV).

O artigo 7º lista diversos tipos de seguros que não se subordinam às [Circulares 491](#) e [513](#), já que são regulados por normas específicas. Como exemplos temos o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional (RCTR - VI), Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional, relativo à carga transportada (RCTR-VI-C), entre outros.

A JBO Advocacia tem uma equipe especializada em seguros de transporte e produtos. Em caso de esclarecimentos, entre em contato conosco.

[>>CIRCULAR SUSEP nº 513, DE 5 DE MARÇO DE 2015.](#)

[Regulamentação da Lei da Empresa Limpa](#)

Como amplamente divulgado pela mídia, juntamente com o anúncio do pacote de medidas anticorrupção, o Governo assinou o [Decreto nº 8.420/2015](#) que regulamenta [Lei nº 12.846/13](#) (“Lei da Empresa Limpa”). Como principais destaques positivos, citamos a definição dos critérios que serão utilizados para o cálculo das multas e os parâmetros para avaliação dos programas de compliance (ou integridade, conforme definição constante da regulamentação).

Em relação ao cálculo das multas, o Decreto prevê que será considerada a soma dos valores correspondentes aos percentuais do faturamento bruto ajustado da pessoa jurídica, referente ao último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo – e não do exercício do ato lesivo. Os percentuais variam desde 1% a 2,5%, em função de critérios como a tolerância ou ciência de pessoas do corpo diretivo ou gerencial com o ato lesivo, até 5%, em casos de reincidência.

Além disso, a regulamentação também estabelece hipóteses de redução das multas, prevendo, inclusive, reduções entre 1% e 4% caso a empresa comprove que possui um programa de compliance efetivo. Com base nos parâmetros que serão levados em consideração para a avaliação da aplicação efetiva do programa, as empresas devem reavaliar suas estruturas internas a fim de analisar: (i) o nível de comprometimento da Alta Administração com o programa; (ii) a existência de procedimentos específicos para contratação de terceiros, bem como para prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios; (iii) medidas disciplinares em caso de violação do programa; (iv) o monitoramento contínuo visando o aperfeiçoamento do programa na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos, entre outros.

Para avaliação da efetividade de seu programa, propomos a seguinte pergunta: “Se a sua companhia estivesse sob investigação amanhã, como você comprovaria o cumprimento destes parâmetros?”.

A JBO Advocacia, em parceria com a WZ Advogados, possui uma equipe especializada em compliance e controles internos. Em caso de dúvidas e esclarecimentos sobre o tema, entre em contato conosco.

[A regulamentação do seguro viagem na Resolução CNSP nº 315/2014](#)

A [Resolução CNSP nº 315/2014](#), publicada em 29 de setembro de 2014, disciplinou as regras aplicáveis ao Seguro Viagem, proibindo a comercialização do produto por empresas de assistência, como habitualmente praticado.

A Resolução prevê a necessidade de contratação, ao menos, de uma das Coberturas Básicas nela previstas (Despesas médicas, hospitalares e/ou odontológicas em viagem; Traslado de corpo; Regresso sanitário; Traslado Médico; Morte em viagem; Morte acidental em viagem e Invalidez permanente total ou parcial por acidente em viagem) e da possibilidade de oferecimento das Coberturas Adicionais de Bagagem, Funeral, Cancelamento de viagem e Regresso Antecipado.

Especificamente para os seguros que se destinam a viagens ao exterior, torna-se indispensável a contratação conjunta das Coberturas Básicas de Despesas médicas, hospitalares e/ou odontológicas em viagem; Traslado de corpo; Regresso sanitário e Traslado Médico.

Além disso, o artigo 7º da Resolução permite o oferecimento de coberturas que estabeleçam a prestação de serviços por rede autorizada no local de viagem em substituição ao pagamento de indenização ou reembolso de despesas. Todavia, o parágrafo 2º deste dispositivo permite ao segurado a livre escolha dos prestadores de serviço em caso de impossibilidade de contato com o telefone disponibilizado pela seguradora ou de atendimento na rede de serviços, não fixando a forma de comprovação deste contato prévio. O impacto da referida previsão atinge especificamente a Cobertura de Despesas médicas, hospitalares ou odontológicas, anteriormente prestada no âmbito das assistências.

O prazo para adaptação dos contratos de seguro viagem foi fixado em 365 dias contados da data da publicação da Resolução, expirando no final de setembro de 2015.

A JBO Advocacia tem uma equipe especializada em produtos, consultas e defesa administrativa na SUSEP. Em caso de esclarecimentos, entre em contato conosco.

[SUSEP emite carta circular com esclarecimentos sobre a contratação do RCTR-C](#)

Em 29/01/2015, foi publicada a [Carta-Circular nº 02/2015/SUSEP/DIRAT/CGPRO](#), a fim de esclarecer diversas consultas e discussões após o Comunicado da ANTT nº 001/2014, que determina a obrigatoriedade de contratação do RCTR-C pelas empresas de transporte para o exercício de sua atividade, sob pena de ter seu registro cassado.

A discussão tem fundamento na prática de mercado adotada pelas seguradoras de, a pedido de seus segurados-embarcadores, conferirem Cartas DDR (Dispensa de Direito de Regresso) para determinados transportadores.

A Carta de esclarecimento da SUSEP enfatiza que a DDR não pode isentar a contratação do RCTR-C, por se tratar de seguro obrigatório. Diz ainda que o embarcador não pode contratar o RCTR-C em seu nome, devendo figurar apenas como estipulante, já que o segurado é necessariamente o transportador.

A JBO Advocacia vem participando ativamente do debate gerado pelo posicionamento da SUSEP e da ANTT. Em caso de esclarecimentos, entre em contato conosco.

[>>Veja a carta na íntegra.](#)

[Claims Handling - A Practical and Effective Response in Latin America](#)

Marcia Cicarelli, sócia da JBO Advocacia, representou o Brasil na Conferência sobre Regulação de Sinistros na América Latina - dia 10 de fevereiro, em Miami, no Hotel The Four Seasons.

Além do Brasil, o evento promovido pelo DACBeachcroft na Semana de Resseguro em Miami contou a participação de advogados do Chile, Colômbia, México e Londres, que dividiram seus conhecimentos, experiência e conselhos para a regulação de sinistros nos países latino americanos. A abertura do evento foi feita por Paul Murray, sócio sênior do DAC-Beachcroft de Londres.

O evento recebeu representantes de seguradoras, resseguradores, corretores e reguladores de sinistros e teve por foco sinistros ligados às áreas de energia, responsabilidade civil e ambiental. Cada advogado debateu um sinistro específico, sob a perspectiva da legislação local e seus impactos no resseguro.

O tema debatido pelo Brasil foi a Responsabilidade Civil Ambiental. Marcia Cicarelli analisou um sinistro de derramamento de óleo e as diferenças entre as coberturas de Poluição Súbita, cobertura adicional no seguro de RC Geral, e a cobertura para poluição e danos ambientais nas apólices “stand alone” de Responsabilidade Ambiental, bem como as cláusulas de controle no resseguro facultativo.

Para Marcia Cicarelli: “Miami é um ‘hub’ de seguros e resseguros importantíssimo na América Latina. Por isso, é importantíssimo ter a oportunidade de debater sinistros vultosos frente a frente com os gestores de seguros e resseguros responsáveis pela América Latina.”

Fonte: [JBOnline](#), em 14/04/2015.